

Capixabas e estrangeiros disputam trecho da RFFSA

Rogéria Gomes

Pelo menos três empresas capixabas de peso já confirmaram interesse em participar do consórcio que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) está organizando com a finalidade de adquirir a concessão para explorar a malha centro-leste da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). São elas a Águia Branca Participações, a Coimex (do Sistema Empresarial Otacílio Coser) e a Terca/Tervix (do grupo Guimarães). Há ainda a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) que está avaliando a possibilidade de vir a integrar o mesmo consórcio. A malha centro-leste é o trecho mais cobijado da Rede, inclusive por grupos internacionais. Esse interesse, porém, é uma ameaça ao Corredor Centroleste, que pode ver sua integração prejudicada caso o trecho seja adquirido por algum grupo estrangeiro monopolista. A malha centro-leste vai a leilão no dia 14 de junho, ao preço mínimo de R\$ 316,9 milhões.

Os capixabas estão interessados em participar do consórcio, que passará a operar o trecho ferroviário, por considerarem a malha centroleste de grande importância para a



economia do Estado. A avaliação das empresas é que a iniciativa contribuiria para fortalecer ainda mais o atual sistema de transportes do Espírito Santo, que conta com o maior complexo portuário da América Latina, em ligação direta com os principais mercados mundiais.

Ameaça

Apesar de considerarem importante que a concessão da malha centroleste da RFFSA fique com

o consórcio comandado pela CVRD, os empresários capixabas que já manifestaram a intenção de integrá-lo, não acreditam que, caso isso não ocorra, exista alguma ameaça para o sistema de transportes do Estado. A avaliação deles é que, qualquer que seja o controlador do trecho, a saída pelos portos capixabas continuará sendo priorizada, em função da infraestrutura portuária já consolidada.

O diretor vice-presidente da Coi-

mex, Evandro Coser, enfatizou que o ganho da concessão da malha centroleste da Rede é muito mais importante para a CVRD que para a própria economia capixaba. Isso porque a operação deste trecho permitiria à Vale, que já opera a ferrovia "mais moderna e eficiente do país" – a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) –, complementar o seu raio de atuação, atingindo também a região sul de Minas Gerais, Goiás, Bahia e Sergipe, além do Rio

de Janeiro. "A Vale viabiliza ainda mais a sua rede de transporte com a aquisição deste trecho", enfatizou Coser, que também considera importante a participação de empresas locais nesta empreitada.

Privatização

O diretor-superintendente da Terca/Tervix, Frederico Lage, acredita que mais importante do que saber quem vai operar a malha centroleste da RFFSA é saber que

ela será privatizada. A privatização, segundo acentuou, vai permitir a realização dos investimentos necessários ao aumento do fluxo de carga por aquele trecho.

Para a Terca/Tervix, que decidiu participar do consórcio comandado pela CVRD, o interesse do incremento do fluxo de cargas é diretamente proporcional ao tamanho da sua Estação Aduaneira do Interior (Eadi), a maior do país, localizada em Cariacica. A Terca/Tervix é vizinha da Eadi Vitória 1, operada pela Coimex, que também torce pelo aumento do volume de cargas no Estado.

A primeira empresa capixaba a anunciar a intenção de participar do consórcio foi a Águia Branca Participações, para tentar o que poderá ser a sua primeira incursão no mercado de transporte ferroviário. O vice-presidente do grupo, Nilton Carlos Chieppe, enfatizou que seria importante que mais empresas capixabas participassem. Também ele considera importante que a concessão fique com o consórcio que a CVRD está organizando, o que, segundo avaliou, fortaleceria ainda mais o sistema de transportes de cargas no Estado.

Vale articula formação de consórcio

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que está à frente do consórcio que planeja adquirir a concessão da malha centro-leste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), afirma que as empresas estão dispostas a "jogar pesado" para ficar com o trecho, referindo-se à capacidade de aplicação de recursos. Na terça-feira, a CVRD vai reunir em sua sede, no Rio de Janeiro, representantes das empresas que pretendem participar da aquisição da malha centroleste para começar a definir a composição do consórcio.

As empresas têm até o dia 7 de junho para fazer a pré-identificação que lhes garantirá a participação no leilão, que acontece no dia 14 de junho, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O assessor da Diretoria de Transportes da CVRD, Sérgio Gabizzo, informou que na reunião marcada para terça-feira será definido inclusive o volume de recursos com que cada empresa vai participar do consórcio. De acordo com o edital, nenhuma empresa pode ter mais do que 20% do capital votante da concessionária. "Vamos compor o consórcio de acordo com a capacidade individual de cada empresa", explicou o assessor da Vale.

Além da CVRD, Águia Branca, Coimex e Terca/Tervix, também estão interessadas em participar do con-

sórcio, segundo Gabizzo, a Matsulfur Cimentos Montes Claros (MG), Grupo Roberto Almeida (MG), Comercial Quintela (SP), Grupo MPE (RJ), Andrade Gutierrez (MG), Petros (fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás). Ele informou ainda que a CSN e a CST avaliam a possibilidade de juntar-se ao grupo, da mesma forma que a Valia (fundo de pensão dos funcionários da CVRD).

A intenção de participação no consórcio definida pela Petros e pela Valia (esta última ainda em fase de análise) antecede o anúncio feito sexta-feira pelo Governo federal de que pretende limitar a atuação dos fundos de pensão das estatais no programa nacional de desestatização. As limitações que o Governo pretende impor podem inviabilizar a participação dos fundos no leilão da malha centroleste da Rede.

Gabizzo ressaltou que, ao contrário do que aconteceu no leilão da malha oeste da RFFSA, realizado no dia 5 de março, o grupo da Vale está preparado para concorrer e ficar com a concessão da malha centroleste, que tem extensão de pouco mais de sete mil quilômetros e preço mínimo de R\$ 316,9 milhões. No leilão da malha oeste a Vale também estava interessada na concessão do trecho, mas foi surpreendida pelo Grupo Noel, formado por investido-

res americanos, que só apareceu como concorrente da empresa quando faltavam apenas 15 dias para o leilão.

"Não estávamos preparados para concorrer, mas agora estamos", afirmou Gabizzo, acrescentando que, por enquanto, nenhum outro grupo manifestou publicamente a intenção de adquirir a concessão da malha centroleste, embora a imprensa nacional já tenha ventilado que os investidores americanos estarão novamente a postos para ficar com o segundo trecho a ser leiloadado pela Rede.

A Rede vai conceder o direito de exploração da malha centroleste pelo prazo de 30 anos, e também vai arrendar as 394 locomotivas e 8.561 vagões que operam no trecho. Na reunião marcada para terça-feira, na sede da CVRD, as empresas que participam do consórcio esperam definir ainda quais serão os investimentos necessários para atender aos índices de produtividade previstos no edital.

De acordo com as metas estabelecidas no edital, a produtividade da ferrovia deve ser elevada em cerca de 60% nos cinco primeiros anos de operação. A CVRD estima que, para concretizar essa meta, sejam necessários investimentos da ordem de US\$ 230 milhões. Gabizzo informou que esse número é preliminar e pode sofrer alterações.



Foto de Nestor Muller

A malha centro-leste da Rede Ferroviária Federal terá concessão leiloadada pelo preço mínimo de R\$ 316,9 milhões

Vale articula formação de consórcio

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que está à frente do consórcio que planeja adquirir a concessão da malha centro-leste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), afirma que as empresas estão dispostas a “jogar pesado” para ficar com o trecho, referindo-se à capacidade de aplicação de recursos. Na terça-feira, a CVRD vai reunir em sua sede, no Rio de Janeiro, representantes das empresas que pretendem participar da aquisição da malha centro-leste para começar a definir a composição do consórcio.

As empresas têm até o dia 7 de junho para fazer a pré-identificação que lhes garantirá a participação no leilão, que acontece no dia 14 de junho, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O assessor da Diretoria de Transportes da CVRD, Sérgio Gabizzo, informou que na reunião marcada para terça-feira será definido inclusive o volume de recursos com que cada empresa vai participar do consórcio. De acordo com o edital, nenhuma empresa pode ter mais do que 20% do capital votante da concessionária. “Vamos compor o consórcio de acordo com a capacidade individual de cada empresa”, explicou o assessor da Vale.

Além da CVRD, Águia Branca, Coimex e Terca/Tervix, também estão interessadas em participar do con-

sórcio, segundo Gabizzo, a Matsulfur Cimentos Montes Claros (MG), Grupo Roberto Almeida (MG), Comercial Quintela (SP), Grupo MPE (RJ), Andrade Gutierrez (MG), Petros (fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás). Ele informou ainda que a CSN e a CST avaliam a possibilidade de juntar-se ao grupo, da mesma forma que a Valia (fundo de pensão dos funcionários da CVRD).

A intenção de participação no consórcio definida pela Petros e pela Valia (esta última ainda em fase de análise) antecede o anúncio feito sexta-feira pelo Governo federal de que pretende limitar a atuação dos fundos de pensão das estatais no programa nacional de desestatização. As limitações que o Governo pretende impor podem inviabilizar a participação dos fundos no leilão da malha centro-leste da Rede.

Gabizzo ressaltou que, ao contrário do que aconteceu no leilão da malha oeste da RFFSA, realizado no dia 5 de março, o grupo da Vale está preparado para concorrer e ficar com a concessão da malha centro-leste, que tem extensão de pouco mais de sete mil quilômetros e preço mínimo de R\$ 316,9 milhões. No leilão da malha oeste a Vale também estava interessada na concessão do trecho, mas foi surpreendida pelo Grupo Noel, formado por investido-

res americanos, que só apareceu como concorrente da empresa quando faltavam apenas 15 dias para o leilão.

“Não estávamos preparados para concorrer, mas agora estamos”, afirmou Gabizzo, acrescentando que, por enquanto, nenhum outro grupo manifestou publicamente a intenção de adquirir a concessão da malha centro-leste, embora a imprensa nacional já tenha ventilado que os investidores americanos estarão novamente a postos para ficar com o segundo trecho a ser leiloadado pela Rede.

A Rede vai conceder o direito de exploração da malha centro-leste pelo prazo de 30 anos, e também vai arrendar as 394 locomotivas e 8.561 vagões que operam no trecho. Na reunião marcada para terça-feira, na sede da CVRD, as empresas que participam do consórcio esperam definir ainda quais serão os investimentos necessários para atender aos índices de produtividade previstos no edital.

De acordo com as metas estabelecidas no edital, a produtividade da ferrovia deve ser elevada em cerca de 60% nos cinco primeiros anos de operação. A CVRD estima que, para concretizar essa meta, sejam necessários investimentos da ordem de US\$ 230 milhões. Gabizzo informou que esse número é preliminar e pode sofrer alterações.



A malha centro-leste da Rede Ferroviária Federal terá concessão leiloadada pelo preço mínimo de R\$ 316,9 milhões

Negociação beneficiará o Corredor

A diretora operacional do consórcio do Corredor Centroleste, Sandra Maria Ferraz Stehling, enfatiza que a privatização da malha centro-leste da RFFSA será benéfica para o corredor, principalmente considerando os investimentos que deverão ser feitos a partir dela, mas salienta que existe preocupação quanto à possibilidade de o trecho ser adquirido por algum grupo monopolista que seja usuário da ferrovia.

Seja esse grupo do setor de grãos, produtos siderúrgicos ou qualquer outro, ele poderia prio-

rizar os seus interesses em detrimento dos demais usuários, segundo enfatizou Stehling, que defende que o trecho seja operado por um consórcio de empresas composto de forma bem pulverizada, para diluir o controle. “Esperamos que o trecho seja controlado por um grupo forte, interessado no transporte enquanto negócio”, afirmou ela, acrescentando que a privatização do trecho abre boas perspectivas para a economia do Estado.

Na avaliação da diretora operacional do consórcio do Centrole-

te, o processo de concessão dos trechos da RFFSA tem ainda um outro “senão” que não apenas a preocupação de um grande usuário monopolista adquirir o trecho. Ela avalia que, antes de iniciar esse processo, o Governo federal deveria ter regulamentado de que forma ele se daria, principalmente com relação à fiscalização do serviço, estabelecimento de tráfego mútuo entre as ferrovias públicas e privadas que pertencem a diferentes controladores e outros pontos.

“Nós do corredor achamos que deveria haver um órgão fiscalizador forte para garantir ao usuário segurança na utilização da ferrovia”, salientou Stehling. Ela observou que o edital que dispõe sobre a desestatização do trecho prevê a constituição de um conselho de usuários, mas é preciso garantir que esse conselho seja forte e tenha poder de fiscalização, acentou Stehling.